



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
LGPD na Administração Pública

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro		
	Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto		
	Diretor da Escola: Desembargador Cláudio Luís Braga Dell'orto		
	Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 07/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até 23 de abril de 2026		
DATA E HORÁRIO	De 27 de abril a 26 de maio de 2026		
	Aulas síncronas: dias 04, 11, 18 de maio das 17h às 19h		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	A distância	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aplicada à Administração Pública. Fundamentos e princípios. Bases legais para tratamento de dados pelo poder público. Direitos dos titulares. Compartilhamento de dados entre órgãos públicos. Segurança da informação e governança. Responsabilização civil e administrativa. Inteligência Artificial e proteção de dados. Aspectos processuais. Adaptação de processos administrativos e judiciais à LGPD.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Constitucional;		
	Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade) Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0		
JUSTIFICATIVA	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) impõe deveres não apenas a agentes privados, mas também à Administração Pública, que se posiciona como um dos principais agentes de tratamento informacional no país. O poder público lida diariamente com dados pessoais e sensíveis de milhões de cidadãos, seja na prestação de serviços públicos, na administração da justiça, em atividades de		

	fiscalização ou em políticas de segurança pública. Nesse contexto, torna-se imperativo que os magistrados compreendam as peculiaridades que envolvem os órgãos e entidades estatais no desafio de tutelar o direito fundamental à proteção de dados pessoais. O curso abordará aspectos essenciais para a atuação jurisdicional, destacando-se: • Bases legais específicas para tratamento de dados pela Administração Pública • Critérios e limites para o compartilhamento de dados entre órgãos públicos • Requisitos de infraestrutura de segurança informacional no setor público • Adaptação dos processos administrativos e judiciais à LGPD • Tratamento de dados em atividades de segurança pública e investigação • Uso da Inteligência Artificial pelo Estado e riscos de vulnerabilidade de dados • Responsabilização do Estado e dos agentes públicos por inadequado tratamento de dados pessoais A formação possibilitará que os magistrados compreendam os impactos jurídicos da LGPD no bojo da atividade estatal, de modo a aperfeiçoar a atividade de julgamento em demandas individuais ou coletivas, equilibrando a proteção de dados pessoais com outros interesses públicos relevantes, como a transparência administrativa, o acesso à informação e a eficiência na prestação de serviços públicos.
OBJETIVO GERAL	Ao final do curso o magistrado será capaz de aplicar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nas demandas que envolvem a Administração Pública, compreendendo as especificidades do tratamento de dados pelo poder público e resolvendo conflitos entre a proteção de dados pessoais e outros direitos e interesses públicos relevantes.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ao final do módulo 1, o magistrado será capaz de: • Compreender o contexto histórico e normativo da proteção de dados pessoais no Brasil e no mundo • Identificar os fundamentos e princípios da LGPD • Distinguir dados pessoais, dados pessoais sensíveis e dados anonimizados • Reconhecer o âmbito de incidência da LGPD e as hipóteses de tratamento de dados • Aplicar as bases legais específicas para tratamento de dados pela Administração Pública • Compreender os requisitos de compartilhamento de dados entre órgãos públicos • Identificar os direitos dos titulares de dados e suas peculiaridades no contexto público Ao final do módulo 2, o magistrado será capaz de: • Identificar os agentes de tratamento no contexto da Administração Pública • Avaliar medidas de segurança, boas práticas e governança de dados no setor público

	• Analisar boas práticas para o tratamento de dados de crianças e adolescentes. • Analisar o papel e as competências da ANPD • Reconhecer as atribuições do Conselho Nacional de Proteção de Dados • Aplicar normas de responsabilidade civil por tratamento irregular de dados pelo Estado Ao final do módulo 3, o magistrado será capaz de: • Identificar as sanções administrativas aplicáveis à Administração Pública • Aplicar os aspectos processuais específicos da proteção de dados • Compreender os desafios da adaptação dos processos à LGPD • Avaliar criticamente o uso de IA pela Administração Pública • Analisar casos envolvendo conflitos entre proteção de dados e transparência • Reconhecer as responsabilidades dos agentes públicos no tratamento de dados
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	Inês da Trindade Chaves de Melo Desembargadora do TJRJ. Presidente do Fórum Permanente de Transparência, Probidade e Administração Pública Desembargador Jessé Torres Pereira Júnior e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Probidade, Transparência e Administração Pública – NUPEPROBI – da EMERJ. Mestre e Doutora em Direito pela UNESA. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/2173029978747891
TUTORIA	Inês da Trindade Chaves de Melo Desembargadora do TJRJ. Presidente do Fórum Permanente de Transparência, Probidade e Administração Pública Desembargador Jessé Torres Pereira Júnior e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Probidade, Transparência e Administração Pública – NUPEPROBI – da EMERJ. Mestre e Doutora em Direito pela UNESA. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/2173029978747891
DOCENTES	Chiara de Teffé Doutora e mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora adjunta de Direito Civil e Direito Digital na UFRJ. Coordenadora das ações de extensão da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Foi coordenadora acadêmica da pós-graduação em Direito Digital do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio), em parceria com a UERJ. Foi professora de Direito Civil e Direito Digital na faculdade de Direito do IBMEC. Pós-graduada em Direito Civil e em Processo Civil (lato sensu), bem como em Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Pública (lato sensu). Lecionou em cursos específicos de pós-graduação e extensão do CEPED-UERJ, da PUC-Rio, da EMERJ e do ITS Rio. Membro da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RJ. Membro da Comissão de Direito Civil do Conselho Seccional do Rio de Janeiro da OAB. Membro da comissão de direitos autorais, direitos imateriais e entretenimento. Membro do Fórum Permanente de Liberdade de Expressão, Liberdades Fundamentais e Democracia da EMERJ. Membro do Fórum permanente de inovações tecnológicas no Direito da EMERJ. Associada ao Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC). Foi Membro Titular do Conselho Municipal de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade do Rio de Janeiro. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/8699457488409780 Luís Manoel Borges do Vale

	Procurador do Estado de Alagoas. Nomeado Procurador Federal. Ex-Advogado da Petrobras. Membro do Comitê Estadual de Proteção de Dados do Estado de Alagoas. Presidente da Comissão de Inteligência Artificial aplicada à Advocacia Pública. Doutorando pela Universidade de Brasília - UnB. Mestre em Direito Processual pela Universidade Federal de Alagoas. Especialista pela Ohio University. Professor de Direito Processual Civil na Escola Superior da Magistratura de Alagoas - ESMAL, na Escola Superior da Magistratura de Goiás - ESMEG e na Escola da Advocacia-Geral da União. Formador pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Membro da Comissão Nacional de Advocacia Pública da OAB, da Internacional Association of Privacy Professionals - IAPP, do Instituto Brasileiro de Direito Processual IBDP e da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo - ANNEP. Rafael Carvalho Rezende Oliveira Visiting Foreign Scholar pela Fordham University School of Law (New York). Pós-Doutor em Direito pela UERJ. Doutor em Direito pela UVA-RJ. Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-RJ. Especialista em Direito do Estado pela UERJ. Professor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito (Mestrado e Doutorado) da Universidade Veiga de Almeida (PPGD/UVA). Professor do Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade Cândido Mendes. Professor Titular de Direito Administrativo do IBMEC. Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ); Presidente do Conselho editorial interno da Revista Brasileira de Alternative Dispute Resolution (RBADR). Ex-Defensor Público Federal. Procurador do Município do Rio de Janeiro, Procurador-Coordenador do consultivo da PGM/RJ; advogado, árbitro e consultor Jurídico. Sócio fundador do escritório Rafael Oliveira Advogados Associados.
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	Este curso é composto de 3 módulos de duração variável. Em cada módulo haverá uma pasta de material complementar para as leituras, videoaulas de 30 minutos cada e um encontro síncrono. Haverá também atividades reflexivas e avaliativas através de fóruns de discussão e questões formativas. Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma participativa. Todas as atividades propostas valem nota conforme descrito no item 'avaliação' deste plano de curso. Materiais que serão utilizados nas atividades propostas: Gravação de videoaula Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates Questões formativas Ferramentas ativas: Encontro síncrono (data/hora)
PROGRAMAÇÃO	

AMBIENTAÇÃO Período de: 27 e 28/04	Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as).
Módulo 1 Período de: 29/04 a 05/05 Carga horária: 6 horas	FUNDAMENTOS DA LGPD E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Videoaula 1 (30 min) Tema: Fundamentos e Princípios da LGPD na Administração Pública Conteúdo programático: Contexto histórico da proteção de dados no Brasil e no mundo. Fontes normativas: LGPD, GDPR, Constituição Federal. Fundamentos da LGPD aplicados ao setor público. Princípios específicos da LGPD. Conceitos essenciais: dados pessoais, dados sensíveis, tratamento. Direitos dos titulares previstos na LGPD (arts. 17 a 22) Videoaula 2 (30 min) Tema: Bases Legais e Tratamento de Dados pela Administração Pública Conteúdo programático: Âmbito de incidência da LGPD no setor público. Bases legais específicas (art. 7º, III e art. 11, II da LGPD). Execução de políticas públicas e tratamento de dados. Peculiaridades do tratamento de dados sensíveis pelo poder público Docente: Rafael Carvalho Rezende Oliveira Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 04/05, das 17h às 19h Tema: Direitos dos Titulares de Dados no Contexto da Administração Pública Conteúdo programático: LGPD na Administração Pública. LGPD na Administração Pública. Conflito entre proteção de dados e Lei de Acesso à Informação. Compartilhamento de dados entre órgãos públicos. Casos práticos Docente: Rafael Carvalho Rezende Oliveira Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (50min). Estudo de caso (60min.). Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fóruns de discussão (1 hora). Questão formativa (1 hora). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e da realização da atividade descrita. Leitura obrigatória: (1 hora) ANPD. Tratamento de dados pessoais pelo poder público. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/materiais-educativos-e-publicacoes/guia_orientativo_tratamento_de_dados_pessoais_pelo_poder_publico VALE, Luís Manoel Borges do; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. LGPD na Administração Pública. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
Módulo 2 Período de: 06 a 12/05 Carga horária: 6 horas	GOVERNANÇA, SEGURANÇA E AGENTES DE TRATAMENTO Vídeo aula 1 (30 minutos) Tema: Agentes de Tratamento e o encarregado de dados. Conteúdo programático: Agentes de tratamento e o encarregado no setor público. Vídeo aula 2 (30 minutos) Tema: Segurança e Governança no tratamento de dados de crianças e de adolescentes

	Conteúdo programático: Segurança, boas práticas e governança. Tratamento de dados de crianças e de adolescentes. Docente: Chiara de Teffé Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 11/05, das 17h às 19h Tema: Estrutura e competências da ANPD. Responsabilidade Civil e reparação de danos no tratamento de dados pessoais. Conteúdo programático: ANPD. Conselho Nacional de Proteção de Dados. Responsabilidade civil e ressarcimento de danos. Docente: Chiara de Teffé Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (50min). Estudo de caso (60min.). Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fóruns de discussão (1 hora). Questão formativa (1 hora). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e da realização da atividade descrita. Leitura obrigatória: (1 hora) FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes. 2.ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: https://itsrio.org/pt/publicacoes/privacidade-e-protecao-de-dados-de-criancas-e-adolescentes-2-edicao/ TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Dados pessoais sensíveis: qualificação, tratamento e boas práticas. São Paulo: editora foco, 2022.
Módulo 3 Período de: 13 a 19/05 Carga horária: 6 horas	RESPONSABILIZAÇÃO, ASPECTOS PROCESSUAIS E DESAFIOS Vídeo aula 1 (30 minutos) Tema: Sanções e Aspectos Processuais Conteúdo programático: Responsabilidade administrativa e sanções. Aspectos processuais. Vídeo aula 2 (30 minutos) Tema: IA e Proteção de Dados Conteúdo programático: Inteligência Artificial na Administração Pública. Docente: Luís Manoel Borges do Vale Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 18/05, das 17h às 19h Tema: Adaptação de processos. Conteúdo programático: Adaptação de processos. Casos práticos e desafios contemporâneos Docente: Luís Manoel Borges do Vale

	Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (50min). Estudo de caso (60min.). Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fóruns de discussão (1 hora). Questão formativa (1 hora). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e da realização da atividade descrita. Leitura obrigatória: (1 hora) OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; VALE, Luís Manoel Borges do. Dados pessoais, Ministério Público e vedação ao fishing expedition. Migalhas. 19 de setembro de 2025. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/440246/dados-pessoais-ministerio-publico-e-vedacao-ao-fishing-expedition OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; VALE, Luís Manoel Borges do; LGPD nas licitações e contratos administrativos. Migalhas. 25 de abril de 2025. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/428884/lgpd-nas-licitacoes-e-contratos-administrativos
Módulo de Avaliação final Período de: 20 a 26/05 Carga horária: 2 horas	Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso Avaliação das Aulas Avaliação de Reação
AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)	Aulas síncronas (10 pontos cada) = 30 pontos Fóruns de discussão (10 pontos cada) = 30 pontos Questões formativas 1 e 2 (10 pontos cada) = 20 pontos Questão formativa 3 = 20 pontos
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a

ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.

3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.